

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ARTE PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA (THE IMPORTANCE OF ART EDUCATION IN BUILDING CITIZENSHIP)

Eduarda Hellem de Sousa Fernandes¹
Joseane Gomes de Souza²
Vanessa Vitória Almeida de Morais³
Fernanda Sleiman Rodrigues⁴

RESUMO

Esta pesquisa estuda a importância da disciplina de Arte e sua contribuição para a formação da cidadania. A fim de subsidiar o estudo, foi elaborado um levantamento de literatura a respeito do histórico do ensino da Arte no Brasil, a contribuição da disciplina Arte na formação da cidadania e, por fim, analisar o papel do professor no ensino da Arte. O objetivo dessa pesquisa é compreender a importância do ensino das artes na educação, desenvolvendo uma breve perspectiva histórica do ensino de Arte na escola brasileira; relacionando a Arte como instrumento de formação da cidadania à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e conhecendo o papel do professor no ensino de Arte. Verificou-se que atividades vivenciadas em Arte proporcionam ao educando o desenvolvimento da criatividade, tornando-o um ser crítico, pensante e atuante e contribuindo para a formação da cidadania. Concluiu-se também que o professor tem um papel fundamental no reconhecimento da Arte como instrumento de formação da cidadania

Palavras-chave: Ensino de Arte. Cidadão. BNCC.

ABSTRACT

This work addresses the importance of the discipline of Arts and its contribution to the formation of citizenship. In order to subsidize the study, a literature survey was prepared regarding the history of art teaching in Brazil, the contribution of the discipline Art in the formation of citizenship and, finally, to analyze the role of the teacher in the teaching of Art. Understand the importance of teaching Arts in education, developing a brief historical perspective of teaching arts in the Brazilian school; relating art as an instrument for the formation of citizenship in the light of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC); and knowing the role of the teacher in teaching Arts. It was found that activities experienced in arts provide the student with the development of creativity, making him a critical, thinking, and active being and contributing to the formation of citizenship. It was also concluded that the teacher has a fundamental role in the recognition of art as an instrument of citizenship formation

Keywords: Art Education. Citizenship. BNCC.

¹ Graduada em Pedagogia (UniATENEU). E-mail: eduardasousa10@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia (UniATENEU). E-mail: tia.jojo@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia (UniATENEU). E-mail: vanessavitoria408@gmail.com

⁴ Pedagoga. Doutora em História Contemporânea e Docente do curso de Pedagogia do Centro Universitário (UniATENEU). E-mail: fernanda.sleiman@professor.uniateneu.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa estuda a importância da disciplina de Arte e sua contribuição para a formação da cidadania. Vista a arte como um processo que envolve sentimentos e emoções, compreende-se ela como um meio para formar cidadãos mais justos e emocionalmente preparados para viver em sociedade.

A disciplina de Arte é uma área de conhecimento que auxilia na formação humana do aluno, ajuda a compreender criticamente a sociedade em que está inserido e suas diversas culturas. Por essa razão, não deve ser tratada como somente uma forma de entreter ou ser rebaixada como uma área menos importante que as demais. Sua presença no currículo contribui para uma formação completa do aluno, lembrando da importância de uma formação global, para que o processo educacional não se reduza apenas em áreas mais tradicionais. Desse modo, o conhecimento de Arte é parte inalienável no processo de formação do aluno e o não acesso a essa área de conhecimento representa negar um direito seu para ser formado como cidadão crítico e consciente.

A arte está presente na sociedade desde a antiguidade e faz relação com a maneira de ver e sentir do homem. Materializa-se por meio da escrita, gestos, fala ou imagem.

De acordo com Barbosa (1991, p. 6), “Como a matemática, a história e as ciências, a arte tem um domínio, uma linguagem e uma história. Se constitui, portanto, num campo de estudo específico e não apenas em mera atividade”. Nesse sentido, a referida autora defende a importância da arte, colocando-a no mesmo patamar de importância das outras disciplinas.

Convém lembrar que muitos foram os embates ao longo da história acerca do ensino de Artes devido a sua desvalorização. Dessa forma, questiona-se a importância do ensino de Arte como disciplina, pois não se visualizava a Arte como importante na construção da formação educacional do aluno, por ser apenas o ensino do desenho. No contexto atual, observa-se como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera essencial a prática do ensino de Arte como disciplina no currículo escolar, abordando sua contribuição na interação crítica dos alunos, que favorece o exercício da cidadania. (BRASIL, 2017).

Cabe ressaltar que, a Arte é importante tanto na escola como fora dela, já que esse conhecimento foi construído pelo homem desde o começo dos tempos. O ensino de Arte contribui para o desenvolvimento intelectual e cognitivo do aluno, permitindo que adquira novas capacidades e despertando seu potencial criativo, isto é, seu rendimento escolar como um todo.

Partindo desse pressuposto, os objetivos desta pesquisa são compreender a importância do ensino de Arte na educação, desenvolvendo uma breve perspectiva histórica do ensino de Arte na escola brasileira; relacionar a Arte como instrumento de formação da cidadania à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e conhecer o papel do professor no ensino de Arte.

Quanto aos aspectos metodológicos deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório, que segundo Gil (2008, p. 70), tem: “[...] como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p.50).

Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados resultados positivos a respeito da ampliação do conhecimento sobre a importância do ensino de Arte no espaço escolar como disciplina significativa no papel da formação cidadã do aluno, no processo de desenvolvimento de suas habilidades, criatividade, pensamentos e na aceitação das diversidades de gêneros. Refere-se na observação à aplicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nesse ensino e como ocorre à prática na sala de aula.

2 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE ARTES NA ESCOLA BRASILEIRA

O ensino no Brasil teve como primeiros protagonistas os jesuítas. Segundo Ferraz e Fusari (2009) “[...] surgiu com a fundação da “escola de ler e escrever”, designada ao ensino religioso, porém, a escola era destinada principalmente aos filhos da elite”.

A educação jesuítica centrava-se nos princípios da educação liberal da Idade Média, que são os métodos do *Trivium* e do *Quadrivium*. Mas o que se ensinava no Brasil Colônia era basicamente as disciplinas associadas ao *Trivium*, que, segundo Barbosa (2011), era composto pela gramática, retórica e dialética, consideradas como Artes liberais voltadas na maioria das vezes para os filhos da classe dominante.

Sobre o ensino da Arte, os jesuítas trabalhavam as “Artes literárias”, que atendia melhor o processo de catequização. Fazia-se uso também da música, canto coral e teatro. Outra prática do ensino jesuítico era as “Artes e ofícios”, que, segundo Nascimento (apud BARBOSA, 2011, p.29) “[...] classificava, em geral, os saberes em Artes liberais, filosofia e teologia. As Artes

liberais consistiam no ensino da pintura, escultura, arquitetura e engenharia”. Elas eram destinadas aos homens livres, diferenciando os trabalhos praticados pelos Artesões.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de pombal, e decretou-se o fim do ensino jesuítico no Brasil depois de dois séculos. No dia 28 de junho do mesmo ano, por meio de um alvará, foram criadas o que ficou conhecido como as Aulas Régias, modelo educacional imposto pelo governo português em todas as colônias sob seus domínios, que objetivava abolir a formação religiosa e o poder dos jesuítas que atuavam com um duplo objetivo: catequizar e instruir. Cardoso (2003, p. 200) faz um relato a esse respeito:

O Alvará de 28 de junho de 1759 extinguiu o sistema de ensino baseado nos princípios sustentados pela Companhia de Jesus, que vigoravam havia dois séculos, tornando obrigação do Estado garantir a educação gratuita à população, estabelecer suas diretrizes e pagar os professores, subordinados todos a uma política fortemente centralizadora. A partir de então, a educação tornava-se leiga, conduzida por organismos burocráticos governamentais e não mais na diretriz dos jesuítas, sem, contudo, abolir o ensino da religião católica nas escolas, que permaneceu obrigatório.

A primeira institucionalização do ensino da Arte foi com a Missão Francesa, em 1816, sob modelo neoclássico e, ao contrário de outros modelos estrangeiros que chegaram ao Brasil, já em uma forma enfraquecida e desgastada, esse modelo era a atualidade no país de origem no momento de sua importação para o Brasil.

Os membros da Missão Francesa que chegaram em território brasileiro eram integrantes do Instituto de França, que surgiu em 1795 como substituto das academias de Arte fechadas na Revolução Francesa. Sob o comando de Jacques Louis David, o mestre do Neoclássico, o Instituto de França logo influenciou as escolas de toda a Europa, por representar uma instituição condizente com seu tempo.

Em 1826, inaugurou-se no Brasil a Escola Imperial das Belas Artes, mas diferente do que havia sido apresentado por Joachin Le Breton, chefe da Missão Francesa, para Escola de Ciências Artes e Ofícios, criada por D. João VI, em 1816, que era de cunho popular e visava repetir os atuais modelos franceses de ensino de atividades artísticas ligadas a ofícios mecânicos e conseguia conciliar métodos e objetivos de ensino da Arte comuns às corporações e às academias. A Academia Imperial de Belas Artes, no entanto, tornou-se o lugar de convergência de uma elite cultural que se formava no país para movimentar a corte, o que dificultou o acesso das camadas populares à produção artística.

A Escola Imperial das Belas-Artes inaugurou a ambiguidade na qual até hoje se debate a educação brasileira, isto é, o dilema entre educação de elite e educação popular. Na área específica de educação artística incorporou o dilema já instaurado na Europa entre Arte como criação e como técnica. (BARBOSA, 2011, p. 7).

Mais tarde, Manuel José de Araújo Porto Alegre, dedicou-se em reaver as ideias de Le Breton, com uma remodelação na Academia Imperial de Belas Artes, onde fossem atendidos tanto Artesões quanto artistas. No entanto, a ênfase mais teórica à formação do artista e a linguagem mais refinada empregada nos cursos acarretou um distanciamento de ambas as classes, o que prejudicou a formação do Artesão.

A criação dos Liceus de Artes e Ofício oportunizou a classe menos favorecida de receber uma educação objetivando a formação artística, porém, como afirma Saviani (2010), estavam concentradas mais nas áreas de agricultura e de comércio. O autor afirma ainda que os Liceus tiveram uma grande aceitação da massa trabalhadora a partir do momento em que visaram a preparação para trabalho e a formação em Arte para indústria.

Dessa forma, a Arte adquiriu utilidade na produção em série, como explica Barbosa (2011, p.30):

[...] a importância da Arte está no ensino do desenho técnico, e o modelo de ensino da Academia Imperial foi utilizado na escola secundária particular para a educação de meninos, o que era raro na época, uma vez que só as meninas eram instruídas para as habilidades artísticas nesse modelo. Este ensino focava a cópia de retrato de alguma pessoa, de santos, de estamparias ou mesmo de figuras representando paisagens europeias e estranhas à realidade de um país tropical.

Com as mudanças sociais ocorridas com a abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, a educação brasileira passou por diversas mudanças. O ensino da Arte, sobretudo o desenho artístico, passou a ser considerado desenho técnico (ou científico) e a integrar o currículo escolar, visando preparar para o trabalho. Ainda nesse período, os positivistas, inspirados nas ideias de Augusto Comte, defendiam que a Arte deveria ser ensinada pelo método positivista, para a contribuição para a Ciência.

A Arte era encarada como um poderoso veículo para o desenvolvimento do raciocínio, desde que ensinada através do método positivo, subordinasse a imaginação à observação, identificando as leis que regem a forma. Augusto Comte, o grande mestre dos positivistas brasileiros, valorizava as funções humanizantes da Arte e afirmava a conexão entre o “gênio estético” e o “gênio científico” já que, para ele, a formação científica devia “basear-se naquela formação estética geral que predispõe a desfrutar profundamente todos os modos de idealização”, tornando os homens

capazes de pensar melhor e de organizar melhor sua vida social (BARBOSA, 2011, p. 67-68).

Silva e Araujo (2007) afirmam que esse período o ensino da Arte seguia um fim preparatório para a vida laboral ou como conteúdo de apoio para outras disciplinas do currículo escolar, sem possuir uma finalidade em si mesmo.

Barbosa (2011) aponta alguns fatores como a carência de docentes aptos para ministrar aulas de desenho geométrico nos cursos secundários e a dificuldade de compreensão dessa matéria para os adolescentes possibilitou uma abertura para as ideias liberais, o que tornou essa área de ensino mais eclética: “O desenho com a conotação de preparação para a linguagem científica era a interpretação veiculada pelos positivistas; o desenho como linguagem técnica, a concepção dos liberais”. (BARBOSA, 2011, p. 80-81).

Ana Mae Barbosa ainda aponta alguns questionamentos que permeavam o ensino da Arte no Brasil no início do século XX:

Ensinar geometria ou incentivar a expressão do aluno por meio da observação da natureza? Permitir ao professor corrigir o desenho do aprendiz ou seguir o método intuitivo e deixá-lo se expressar sem esta intervenção? Atribuir notas à atividade artística do aluno ou não reprovar na disciplina de Arte? (BARBOSA, 2011, p. 95).

Araújo e Silva (2007) observam que a partir de 1914 houve uma tendência modernista com influência americana e europeia na formação dos professores do Estado de São Paulo, o que acarretou mudanças na forma de conceber o desenho da criança, com o intuito de valorizar a criação livre e a espontaneidade, em detrimento das cópias e reproduções. Essa concepção influenciou o restante do país em uma época em que a escola era frequentada por crianças a partir dos sete anos e que entrariam no ensino primário.

A reorganização do ensino secundário e superior na República veio com a reforma de Carlos Maximiliano Pereira Santos, que revogou a atribuição de notas nas aulas de Desenho, o que acarretou uma desvalorização em um sistema em que tudo era avaliado. A Conferência Interestadual de Ensino Primário, convocado por Epitácio Pessoa, em 1921, percebeu uma forte concepção do Desenho como uma livre expressão do aluno, em detrimento das cópias e reproduções.

Em 1922, realizou-se a Semana de Arte Moderna, em vista à comemoração da Independência no Brasil. O evento representou uma nova concepção de Arte, que perdeu a característica de um conteúdo passivo e passou a ser encarada como algo possível de ser expresso. Barbosa (1991, p. 114) explica que Anita Malfatti se destacou nesse cenário, pois

“[...] inovaria os métodos e as concepções de Arte infantil, transformando a função do professor em espectador da obra de Arte da criança, e ao qual competia, antes de tudo, preservar sua ingênua e autêntica expressão”

Dessa forma, foi nesse período que se concebeu uma forte valorização da livre-expressão e a criança deixou de ser vista como um adulto em miniatura, mas como alguém capaz de se expressar e pensar acerca do mundo (ARAÚJO; SILVA, 2017). A partir dessa visão, o Arte-educador passou a ser visto como um profissional que não deveria interferir na criação da criança.

Essa nova postura acarretou a concepção de que Arte é apenas uma “atividade”. Com isso, a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, sancionada no governo Médici, estabeleceu no currículo a disciplina de Educação Artística com a finalidade de desenvolver atividades relacionadas a datas cívicas, religiosas e festivas.

Porém, “[...] muitos professores não estavam habilitados e, menos ainda, preparados para o domínio de várias linguagens, que deveriam ser incluídas no conjunto das atividades artísticas [Artes Plásticas, Educação Musical, Artes Cênicas]”. (BRASIL, 1997, p. 24). Isso, visto que a formação deste profissional se deu principalmente em cursos de curta duração, sem preocupar-se em abordagens de fundamentos teóricos, metodológicos ou bibliográficos, bastando ao professor seguir os guias curriculares e livros didáticos.

O ensino da Arte como desenvolvimento da expressão e da criatividade despontou, segundo Araújo e Silva (2007), com algumas novas experiências como, por exemplo, a criação, em 1948, do Movimento Escolinha de Arte (MEA) independente das instituições formais de ensino e em um espaço externo a elas, muito embora as tenha influenciado na maneira de se pensar o ensino de Arte no Brasil, de certa forma contribuindo para a formação dos professores de Arte.

Barbosa (1991, p. 15), sobre as Escolinhas de Arte, afirma que:

As práticas começaram a se fazer presentes na escola primária e secundária por meio das classes experimentais criadas no Brasil, depois de 1948. Convênios foram estabelecidos com instituições privadas para treinar professores, chegando mesmo as Escolinhas a serem uma espécie de consultores de Arte-educação para o sistema escolar público.

Com essa iniciativa, o ensino de Arte foi sendo instituído, e os professores passaram a ser treinados para exercer Arte nas escolas, cujo foco compreendia estimular o desenvolvimento da expressão e da criatividade dos alunos. Outro aspecto que deve ser destacado no relato da

referida autora é a implantação dessa proposta em classes experimentais, apresentando-se como uma referência no ensino de Artes.

Na década 1970, o ensino de Arte foi inserido no currículo do Ensino Fundamental como “Educação Artística” e não como disciplina, pela Lei 5692/71. Dessa forma, o professor abordaria nesse ensino os conteúdos de: música, teatro, dança e Artes plásticas. Ainda assim, havia a carência de um professor especializado em todas essas áreas e se buscava uma capacitação docente. Um exemplo foi o Curso Intensivo de Arte na Educação (CIAE), como explica Varella (1986, p. 20):

[...]o que mais caracterizou o CIAE em seu discurso, foi estar centralizado no vigor do ato da criação, mobilizando o impulso potencialidades emotivas e expressivas das linguagens artísticas, fazendo-o pensar e repensar em Arte e educação, no contexto cultural.

Portanto, o seu intento era formar o professor artista, para inclui-lo em uma nova realidade de forma mais criativa, capaz de despertar sua sensibilidade, pensamento e ação. No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), implantada em 20 de dezembro de 1996, nº 9394 incluiu o ensino de Arte como disciplina no currículo escolar, propondo promover e desenvolver a cultura. Segundo a LDB:

Art. 1 - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da Sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 17).

Dessa maneira o ensino de Arte passou a ser reconhecido como área do conhecimento e tornou-se tão importante no currículo quanto às demais disciplinas. No referido artigo da LDB de 1996 apresenta-se uma visão ampla de educação, compreendendo não apenas como um processo formal, mas como algo que acontece em inúmeros espaços de convivência humana. Isto é, a educação acontece o tempo todo e envolve inúmeros sujeitos, por meio especialmente da interação entre as pessoas e com o contexto.

Mediante as mudanças ocorridas na trajetória do ensino de Arte no Brasil, surgiu uma criação pela pesquisadora Ana Mae Barbosa, em 1980, chamada “Abordagem Triangular”, que constitui três pilares: contextualização, apreciação e produção artística, ainda adotada como proposta metodológica do professor atual.

O ensino de Arte foi enriquecido com a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, que trouxe a importância desse ensino para formação e desenvolvimento do aluno. Aponta o referido PCN que, “A área de Arte que está delineando

neste documento visa a destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação de conteúdos imprescindíveis para a cultura do cidadão contemporâneo” (BRASIL, 1997, p.15). Nesse sentido, o PCN se preocupa com o esclarecimento do ensino de cada conteúdo no propósito de atender a cada formação escolar e cultural do aluno.

Ainda de acordo com PCN de Arte, “Aprender antes[...] envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas.” (BRASIL, 1997, p. 15). A proposta idealiza que o ensino de Arte vai além do desenho, condiciona as crianças e adolescentes a liberdade, construção e apreciação do produto artístico, permitindo também a construção do cultural, tanto no desenvolvimento como no social do aluno.

3. A BNCC, ENSINO DE ARTES E CIDADANIA

O estudo da Arte é fundamental para que os educandos assimilem a Arte como produto da relação do homem com a sociedade em que ele está inserido. Fuzari e Ferraz (2001, p. 63) explicam que a criança reflete continuamente sobre suas impressões em relação ao meio em que vive e, a compreensão real se dá por meio de inter-relação dessas impressões com as coisas percebidas. Ferreira (2001, p. 15) sugere que “As Artes são produções culturais que precisam ser conhecidas e compreendidas pelos alunos, já que é nas culturas que nos constituímos como sujeitos humanos”. Dessa forma, a criança que compreende o sentido de suas ações, crenças e valores conseguirá fazer as representações do homem.

Ferraz e Fusari (2009) afirmam que os sentimentos artísticos são de caráter racional/cognitivo. O autor sugere ainda que isso demonstra que a Arte é completamente educacional, pois envolve a compreensão e a racionalidade como em qualquer outra área.

Para que o aluno compreenda a importância de uma aprendizagem, é necessário que ele entenda o objetivo do estudo. Ferraz e Fusari (2009) salientam que não é suficiente alegar que o aluno precisa adquirir determinado conhecimento, mas mostra-lhe o caminho, ou seja, investigar métodos eficazes para oferecer uma melhor condição de assimilar o conhecimento.

O ensino da Arte, se for compreendido pelos discentes, docentes e a comunidade escolar em geral com a importância adequada, será um pilar essencial para formação do aluno. No entanto, Buoro (2003) afirma que os pais tendem a colocar a Arte em segundo plano. O autor

sugere ainda que isso acontece porque eles se sentem ansiosos com a alfabetização dos filhos, o que leva a não compreenderem a importância da Arte na formação deles.

O aluno que consegue compreender o mundo em sua volta torna-se um sujeito consciente para agir em sua realidade. Mas também será capaz de entender e respeitar as diferentes culturas inerentes a uma sociedade. E é justamente essa compreensão que se torna um ambiente favorável na construção da cidadania.

Silvia (2009, p. 50) entende cidadania como “[...] toda prática que envolve reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações, luta pela qualidade de vida, seja na família, no bairro, no trabalho, ou na escola”. A autora concebe a cidadania não só como a compreensão da realidade, mas também a prática ativa do sujeito cidadão, para provocar mudanças nessa realidade.

O exercício da cidadania é algo complexo e que enfrenta dificuldades atualmente. Muitos não sabem viver em comunidade e até mesmo respeitar a diferença das culturas diversas. Segundo Silvia (2009, p.50): “E um dos grandes problemas para o exercício da cidadania em nossa sociedade é exatamente o individualismo incentivado pela sociedade de consumo e pelo neoliberalismo”.

Diante o exposto, considera-se que o ensino de Arte é fundamental para o currículo escolar, pois proporciona ao aluno experiências culturais e artísticas, desenvolvendo no indivíduo novas formas de conhecimento e aprendizagem, desempenhando um papel fundamental na formação do cidadão. Assim, a Base Nacional Comum Curricular, homologada em dezembro de 2017, trouxe consigo as linguagens obrigatórias para o componente curricular Arte, que foi uma das grandes conquistas para as linguagens artísticas. Segundo a BNCC:

... o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte. (BRASIL,2017, p.193).

Portanto, a BNCC trouxe esse componente curricular como contribuição para que os alunos desenvolvam seu senso crítico e para fazer com que eles compreendam a complexidade e o respeito às culturas diversas, o que leva à construção das bases para formação de um cidadão ético. A respeito disso, a BNCC expõe:

O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas. (BRASIL, 2017, 193).

A BNCC ainda completa que as manifestações artísticas não devem ser reduzidas às produções institucionalizadas ou veiculadas pela mídia, tampouco a Arte deve ser encarada como uma mera aquisição de técnicas. A Arte deve abranger a experiência como prática social, o que permite que os alunos sejam protagonistas e criadores (BRASIL, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular trouxe para o ensino de Artes seis dimensões do conhecimento. São elas: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e a reflexão, devendo ser trabalhadas sem uma ordem específica e explorar o conhecimento do discente. De acordo com a BNCC:

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola. Não há nenhuma hierarquia entre essas dimensões, tampouco uma ordem para se trabalhar com cada uma no campo pedagógico. (BRASIL, 2017, p.194).

Já a dimensão crítica concerne o estudo, pesquisa e experimentações de diferentes manifestações artísticas, de forma a permitir a construção de um pensamento individual acerca diferentes aspectos (estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais). (BRASIL, 2017, p. 194).

No que tange à dimensão criação, compreende-se um ambiente em que os sujeitos criem, produzam e construam. “Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processos, acontecimentos produções artísticas individuais ou coletivas”. (BRASIL, 2017, p. 194). Dessa forma, entende-se nessa dimensão a possibilidade de um processo formado por tomadas de decisões, por meio de situações de conflitos, negociações e inquietações.

A estesia refere-se “[...] à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao corpo e aos diferentes materiais”. (BRASIL, 2017, p. 194). Essa dimensão relaciona-se com a sensibilidade e a percepção, com o objetivo de autoconhecimento, conhecimento do outro e do mundo.

A dimensão expressão concebe a possibilidade de exteriorizar e manifestar as criações por meio da prática artística. Ela “[...] emerge da experiência artística com os elementos constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades”. (BRASIL, 2017, p. 194).

A fruição representa o prazer, o estranhamento, a possibilidade de torna-se sensível em meio as práticas culturais e artísticas. “Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais” (BRASIL, 2017, p. 194).

E por fim, a sexta dimensão é a reflexão, e refere-se “[...] ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruições, as experiências e os processos criativos” (BRASIL, 2017, p. 195). Ou seja, é a possibilidade da percepção, da análise e de interpretações das manifestações artísticas.

Assim, compreende-se que esses conhecimentos deverão ser introduzidos em cada linguagem da forma que o docente desejar trabalhar com sua turma, introduzindo dentro das linguagens cada dimensão. Segundo a BNCC, essas dimensões vêm para facilitar o processo do ensino e da aprendizagem, devendo ser integradas ao conhecimento do aluno e constituídas por meio da oralidade, experiências e vivências do discente (BRASIL, 2017).

A BNCC aborda que o ensino de Artes não pode se basear apenas em reproduzir aquela cultura, mas precisa ser compreendida na sua especificidade, alcançando experiências em que os próprios alunos se tornam personagens principais na aquisição desse conhecimento. As seis dimensões devem ser trabalhadas de forma que o aluno construa um conhecimento amplo, no qual saibam criar, criticar e se expressar, formando, assim, um cidadão com experiências e conhecimentos diversos.

Sabendo que se expressar, criticar e respeitar a cultura dos diferentes tipos de pessoas é um dos itens essenciais no ensino de Arte, Martins, Piscosque e Guerra (1998) afirmam que: o que ‘decoramos’ ou simplesmente copiamos mecanicamente não fica em nós, ou seja, é um conteúdo momentâneo e, por isso, um conhecimento vazio que, no decorrer do tempo, é esquecido. Dessa forma, entende-se que se não houve uma integração entre teoria e prática, dificilmente se alcançará uma formação de cidadãos éticos.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular traz um ponto importante sobre a formação desses alunos, que “(...) devem expandir seu repertório e ampliar sua autonomia nas práticas artísticas, por meio da reflexão sensível, imaginativa e crítica sobre os conteúdos artísticos e seus elementos constitutivos e sobre as experiências de pesquisa, invenção e criação”. (BRASIL, 2017, p.197).

Compreende-se, então, que o exercício da cidadania será ponto principal no componente curricular Arte, onde os alunos podem aprender o que é viver em sociedade, passar por experiências que fogem da sua realidade, conhecer culturas diversas, criando e buscando elementos que formem cidadãos éticos.

Ferreira (2011) afirma que o conhecimento e a prática da Arte levam os alunos a entenderem uma nova forma de se expressar e conhecer o mundo, e que aquilo que se expressa pela Arte não pode se expressar pela ciência. Além disso, o aprendiz tem a oportunidade de entender as diversas linguagens da Arte, como a dança, teatro, música, Artes visuais, e cada uma delas provoca um sentimento.

A figura do professor é substancial na formação dos indivíduos. Fuzari e Ferraz (1993, p. 34) afirmam que “[...] a educação escolar deve assumir, por meio do ensino e da aprendizagem, [...] a responsabilidade de dar ao educando o instrumental para que ele exerça uma cidadania mais consciente, crítica e participante”.

Barbosa (1991) afirma que o papel da Arte na educação é frequentemente movido pela compreensão de como o professor e o aluno enxergam o papel fora da escola. O professor necessita entender o seu papel junto à comunidade educacional. É ele que tem o poder de transformar a concepção que se tem da disciplina de Artes.

4. PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO DA ARTE

Atualmente, o ensino da Arte requisita do professor a capacidade de dispor de um trabalho coerente por meio de práticas que incentivem a criança a assimilar o significado da Arte na escola, por meio de atividades que circundem os sentidos e as experiências pelos atos de ver, ouvir, mover-se, sentir, perceber, pensar, descobrir, fazer, expressar-se, dentre outros. Nesse sentido, deve levar em consideração o meio no qual está inserida toda a comunidade escolar, seus elementos naturais e culturais. Dessa forma, possibilita alcançar experiências relevantes para os alunos por meio da descoberta e utilização de materiais nas práticas artísticas, do desenvolvimento de técnicas, da representação imaginativa e da expressividade.

Para que isso ocorra, é necessário que o docente tenha conhecimento acerca dos princípios filosóficos e metodológicos para o ensino da Arte, para que se garanta a qualidade de suas aulas, bem como atualizar-se em questões específicas das linguagens artísticas.

É necessário, no entanto, respeitar o estágio em que cada aprendiz se encontra e sua capacidade de compreender o que lhe é apresentado. Para que isso seja possível, é necessário elaborar ações que proporcionem o acesso à Arte, assim como a participação de toda a comunidade na preservação de um espaço cultural e histórico em que se constrói sujeitos. (BARBOSA, 1991).

As Artes Visuais oferecem ao aluno a habilidade de interpretar os diversos símbolos e linguagens ao vivenciar diferentes formas de expressão visual. Assimilar os elementos primordiais da linguagem visual propicia aos alunos a capacidade de compreender os diferentes símbolos culturais presentes nas sociedades humanas. Destarte, o ensino de Artes Visuais no Ensino Fundamental abrange qualquer forma de representação e comunicação visual, adquiridas por meio de técnicas e conceitos artísticos, pois “Na apreciação estética, importa a capacidade do leitor para deixar-se tocar sensivelmente por meio da percepção de qualidades de peso, luz, textura, densidade e cor contidas nas imagens [...]”. (BRASIL, 1998, p 33).

Frequentemente, alunos e professores se deparam com a disciplina de Arte em que se concentram em exercício de atividades manuais, muitas vezes sem uma fundamentação crítica, ou mesmos os cargos que foram delegados pela gestão limitam-se na produção de decorações e enfeites para as tradicionais festas escolares. Essa prática acaba por distanciar o aluno a oportunidade de inserir-se num mundo artístico crítico-social.

A disciplina de Arte não deve voltar-se apenas para “a habilidade manual e ao conhecimento de técnicas”. Nessa perspectiva, o docente que ministra tal disciplina necessita estar ligado a vivências de apreciação e criticidade artísticas, atualizar-se constantemente e comungar os preceitos teóricos que trazem consigo a prática em sala de aula (CAVA, 2014, p. 18). Dessa forma, o autor afirma que o docente precisa sempre estar se atualizando, administrar as suas técnicas que são passadas em sala de aula, e não de se esquecer de um detalhe muito importante: que o conhecimento é adquirido na vida cotidiana do aluno e que, diante disso, o professor deve conciliar o conhecimento do aluno ao conteúdo que está sendo ministrado.

O professor deve estar atento à necessidade de desenvolver conteúdos que transmitam um significado para a criança, e uma metodologia participativa. Deve preocupar-se com o que está acontecendo na vida da criança. Os conteúdos que ele ministra na aula devem dar sentido ao conhecimento para a vida do aluno.

De acordo com Iavelberg (2003, p.9), cada vez mais professores de Arte vêm descobrindo as possibilidades de trabalhar os conteúdos de Arte e, com isso, “vêm estabelecendo elos mais significativos entre a Arte e as demais áreas curriculares”. Isso ocorreu e continua acontecendo devido às transformações do processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Arte. O autor sugere ainda que o professor deve transmitir uma aula com um significado para a criança, e que o professor possa estabelecer métodos mais significativos entre a Arte e as demais áreas curriculares.

Os professores de Arte procuram conduzir os educandos rumo ao fazer e entender as diversas modalidades artísticas e a história cultural das crianças. Esses posicionamentos na escolarização de crianças e jovens em Artes tem uma história com várias marcas presentes em nossas atuais ideias e práticas tanto estéticas quanto pedagógicas.

A Arte é uma disciplina obrigatória nas escolas, conforme determinação da LDB 9394/96. Cabe às equipes de educadores das escolas e redes de ensino realizar um trabalho de qualidade, a fim de que crianças, jovens, adultos gostem de aprender Arte. Compete aos centros de formação de professores investirem em projetos de pesquisa e de formação contínua, para que os professores sejam os protagonistas de práticas atualizadas em sala de aula. (IAVELBERG, 2003, p. 9).

Ao trabalharem com artes, os alunos desenvolvem habilidades específicas. Aprendem a lidar com materiais, ferramentas e equipamentos e com os elementos constitutivos de cada uma das artes - sons e silêncios, no caso da música: cores, formas, texturas e volumes, nas artes visuais; gestos e movimentos, no teatro. À medida que passam a dominar técnicas que lhes possibilitem manejar esses elementos para conceituar e expressar ideias, os alunos ficam mais confiantes, porque se tornam mais habilidosos e competentes no campo das artes. (FERREIRA 2003, p. 24).

Ferreira (2003) sugere ainda que alunos desenvolvem habilidades específicas. Porém, é necessário que os professores possam levar aos alunos todas essas diferentes linguagens, do contrário, a disciplina ficará desfocada e sua compreensão não será clara e completa.

Atualmente, muitos professores ainda utilizam a linguagem visual, permitindo com que os alunos não vivenciem as demais linguagens que a disciplina de Artes proporciona. De acordo com Oliveira:

Ao se limitar o ensino da Arte a apenas uma “linguagem” nas escolas ou, na melhor das hipóteses, pelo ensino de cada “linguagem” em momentos distintos no processo de aprendizagem, ou seja, em séries

diferentes (multidisciplinaridade), verifica-se a existência de dois problemas, o primeiro mais forte que o segundo: ou o aluno conhece apenas uma “linguagem” artística, geralmente a visual; ou conhece distintas “linguagens” sem estabelecer relações entre elas, de modo que o conhecimento de uma área não contribui para o aprendizado das demais. (OLIVEIRA, 2000, p.80).

Dessa forma, o professor não deve se limitar a apenas a uma linguagem. É necessário que o aluno conheça as outras linguagens, pois ela faz parte das diversas culturas que temos.

Para que os alunos adquiram esse desenvolvimento, deve-se levar em conta o poder da imagem, do som, do movimento e da percepção estética, substituindo sua nomenclatura de Educação Artística para Arte. A escola é um espaço que acontece a interação e o professor é um facilitador do conhecimento. Nesse sentido, é preciso uma mudança no ensino de Artes, na qual possamos dar uma prioridade a cada etapa na construção do conhecimento cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, por do presente estudo, pesquisar acerca da contribuição do ensino da Arte para o aluno na formação de sua cidadania sua representação e significação, como também sobre o papel do professor em Artes na atualidade.

As atividades vivenciadas em artes proporcionam ao educando o desenvolvimento da criatividade, tornando-o um ser crítico, pensante e atuante. Somente assim se tornará cidadão ativo na sociedade em que estiver inserido, participante na transformação da sociedade.

A prática artística possibilita o compartilhamento de saberes e de produções entre os alunos por meio de exposições culturais, onde eles são produtores e protagonistas das experiências e vivências artísticas como prática social. A arte possibilita a leitura do mundo, a educação do olhar e das sensações táteis e auditivas. O professor dispõe ao seu aluno oportunidades para desenvolver seu gosto estético com atividades nas artes plásticas, música, artes cênicas, dentre outros, por meio de um mundo ilimitado de opções.

É necessário que o professor, hoje, adote uma postura preparada para uma atuação consciente, conforme a realidade de seus alunos, respeitando as expressões naturais que eles apresentam ao mesmo tempo em que os incentiva a compreender as expressões pessoais e sociais que as diversas formas de expressão artísticas nos proporcionam.

Portanto, o ensino da disciplina de Arte é importante para que o aluno se torne um cidadão ético, aprendendo a respeitar as culturas diversas e os diferentes tipos de gêneros

artísticos. Esse componente curricular contribui também com o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar.

Dessa forma, conclui-se que, mesmo o ensino de Arte tendo os seus avanços ao longo dos anos, ainda há muito para se fazer em favor ao reconhecimento da importância desse ensino no desenvolvimento do aluno. Também é importante frisar que é necessária uma constante capacitação de professores para o ensino de Arte.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.M. **A imagem no ensino da Arte**: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva; Porto Alegre: Fundação IOCHPE, 1991.

BARBOSA, A.M. Ensino da Arte no Brasil: aspectos teóricos e metodológicos. In: **Rede São Paulo de Formação Docente**. Curso de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP – Ensino Fundamental II e Ensino Médio. São Paulo: Unesp; SEESP, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução 2, de 22 dez. 2017. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997.

BUORO, A.B. **Olhos que pintam**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, T.F.L. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, v.1., p. 195-212. jan./jun., 2003.

CAVA, L.C.S.C. **Ensino de Arte e música**. Londrina, PR: UNOPAR, 2014.

FERRAZ, M. H. C.T.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do Ensino de Arte**. Fundamentos e proposições. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, S. **O ensino da Arte**: Construindo Caminhos. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IABELBERG, R. **Para gostar de aprender Arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G. GUERRA, M. T. T. **Didática do ensino de Arte**. São Paulo: FTD, 1998.
- NASCIMENTO, E.A. do. Formação Profissional do “Bom Silvícola” nas Artes e Ofícios. In: BARBOSA, A.M. (Org). **Ensino da Arte: Memória e História**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- OLIVEIRA, M.R.N.S. 20 anos de ENDIPE. In: CANDAU, V. (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação)
- SILVA, E.M.A. ARAÚJO, C.M.de. **Tendências e concepções do ensino da Arte na educação: um estudo a partir da trajetória histórica e socioepistemológica da Arte/educação**. Anais... 30ª reunião da ANPED. Caxambú, 2007. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/grupo_estudos/GE01-3073--Int.pdf> Acesso em: 11 set. 2020
- SILVIA, K.V. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- VARELA, N.A. A formação do Arte-educador no Brasil. In: Barbosa, A. M. T. B. (Org.). **História da Arte-educação: a experiência de Brasília**. São Paulo: Max Limonade, 1986. 134 p., p. 11-27.

Recebido em: 10/02/2021

Aprovado em: 20/05/2021